

ILUSTRÍSSIMA SRA. PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA N. 03/2023

PREGÃO ELETRÔNICO N. 01/2023

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.,

pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o n. 79.283.065/0003-03, com sede na Rua Chile, n. 1107, Prado Velho, Curitiba/SC, CEP 80.215-184, vem, tempestivamente, por meio de sua representante legal, com fundamento no art. 44 do Decreto n. 10.024/19, no inciso XVIII do art. 4º da Lei n. 10.520/02 e art. 109 da Lei n. 8.666/93 apresentar suas **CONTRARRAZÕES** ao recurso administrativo interposto pela empresa **IGUAÇU DESENVOLVIMENTO LTDA.** forte nos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir aduzidos.

1) DOS FATOS

O Município de Campos Novos/SC instaurou processo licitatório na modalidade pregão eletrônico n. 1/2023 destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recepcionista para suprir a demanda dos serviços cotidianos dos postos de saúde do município.

Após a etapa competitiva do certame, sagrou-se vencedora com a apresentação do melhor lance a empresa Orbenk Administração e Serviços Ltda.

No entanto, a empresa Iguaçu Desenvolvimento Ltda. interpôs recurso administrativo se insurgindo contra as alíquotas de PIS e COFINS utilizadas pela empresa Orbenk na formação dos seus custos.

Aduz que, por ser empresa com incidência de tributação pelo lucro real (não cumulativo) deveria adotar as alíquotas de 1,65% e 7,60% para PIS e COFINS, respectivamente, e não as alíquotas de 0,65% e 3,00% características do regime cumulativo (lucro presumido)

Sem razão, contudo, especialmente porque esta recorrida está autorizada a tributar PIS e COFINS pelo regime cumulativo por prestar serviços de monitoramento de segurança eletrônica com base nas soluções de consultas expedidas pela COSIT e RFB, conforme será demonstrado a seguir.

Passamos às contrarrazões.

2) MÉRITO

Em que pesem as argumentações trazidas pela empresa recorrente, razão não lhe assiste, posto que as alíquotas inseridas nas planilhas de custos e formação de preços se coadunam com a realidade fiscal e contábil da empresa declarada vencedora do certame, não havendo qualquer correção a ser feita.

Preliminarmente, importante registrar que o Programa de Integração Social – PIS foi instituído pela Lei Complementar n. 7/1970 e é destinado a promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas.

Essa integração ocorre por meio de depósitos efetuados pelas empresas na Caixa Econômica Federal constituídos mediante dedução de imposto de renda e recursos próprios das empresas.

Por sua vez, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS foi instituída pelo Decreto-Lei n. 1.940/82 destinada a custear investimentos de caráter assistencial em alimentação, habitação popular, saúde, educação, justiça e amparo ao pequeno agricultor e incidirá mensalmente sobre a receita bruta das vendas de mercadorias e serviços das pessoas jurídicas, entre outras.

Nesta senda, é possível concluir que o PIS e COFINS são tributos que incidem sobre o total das receitas de uma empresa. Assim, sobre todo valor inserido em uma nota fiscal emitida pela pessoa jurídica incidirá um percentual que será destinado ao pagamento desses tributos.

No regime não-cumulativo (lucro real), como bem pontuou a empresa recorrente, as alíquotas estão fixadas nos percentuais de 1,65% e 7,60% (PIS e COFINS).

Nesse regime é possível, contudo, que as empresas retirem do valor de incidência do PIS e COFINS alguns gastos e insumos, conforme autorizado nas Leis n. 10.637/02 e 10.833/03 (art. 3º), tais quais, os custos relativos a uniformes e vale-alimentação.

Evidente, portanto, que o desconto dessas rubricas reduz potencialmente o valor sobre o qual incidirá as alíquotas de PIS e COFINS.

O aqui exposto está legitimado pelas Leis n. 10.637/02 e 10.833/03 retromencionadas que estabelecem que as contribuições do PIS e COFINS poderão adotar a sistemática da não cumulatividade, ou seja, poderão ser descontados créditos calculados em relação a algumas despesas e insumos do valor total que incidirá esses impostos.

Por outro lado, consoante determinação da Receita Federal do Brasil, esta empresa recorrida, embora submetida ao regime tributário do lucro real (não-cumulativo), terá alíquotas fixas (0,65% de PIS e 3% de COFINS).

Sendo assim, o valor da receita não poderá sofrer qualquer tipo de

3/9

abatimento. Há, portanto, previsão de alíquotas fixas para esta recorrida, mas, na contramão, suas receitas não podem sofrer qualquer tipo de abatimento para fins de incidência de PIS e COFINS.

Esse entendimento foi exarado pela Coordenação-Geral de Tributação - COSIT por meio da solução de consulta n. 345 de 26/6/2017, que, em síntese, determinou que todas as empresas que executam uma das atividades referidas na Lei n. 7.102/1983 sejam excluídas do regime de não-cumulatividade e sofram a incidência do PIS e COFINS de forma cumulativa submetendo-se às alíquotas de 0,65% do PIS e 0,65% COFINS.

Considerando que esta recorrida presta serviços de monitoramento de sistemas de segurança eletrônica, e estas atividades se enquadram no rol das atividades de segurança inseridas na Lei n. 7.102/1983, ocorre o recolhimento do PIS e COFINS pelo regime da cumulatividade com alíquotas fixas.

A COSIT se manifestou mais de uma vez, e na solução de consulta n. 103 de 28 de setembro de 2020 expediu expressamente entendimento neste sentido:

Solução de Consulta nº 103 - Cosit Data 28 de setembro de 2020 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins SERVIÇOS PARTICULARES DE VIGILÂNCIA. OUTRAS ATIVIDADES. REGIME DE APURAÇÃO. As pessoas jurídicas que exercem serviços particulares de vigilância, referidas na Lei nº 7.102, de 1983, **mesmo quando exerçam outras atividades, estão incluídas no regime de apuração cumulativa da Cofins.** Dispositivos Legais: Lei nº 7.102, de 1983; Lei nº 10.833, de 2003, arts. 1º e 10, I; Lei nº 11.901, de 2009; Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 2019, arts. 6º, 118, 119, X, e 150.

[grifos nosso]

De igual modo está o entendimento exarado na solução de consulta n. 6.009 pela Superintendência Regional da Receita Federal 06/Disit de 6 de outubro de 2020:

CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP. SERVIÇOS DE SEGURANÇA.

LUCRO REAL. CUMULATIVIDADE. Ainda que sejam tributadas pelo Imposto sobre a Renda com base no lucro real, as pessoas jurídicas que prestam serviços de monitoramento de sistemas de segurança eletrônica, monitoramento à distância e rastreamento de cargas e monitoramento eletrônico de transporte de mercadorias, veículos e cargas encontram-se sujeitas à sistemática de apuração cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep.
SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 345, DE 26 DE JUNHO DE 2017.
Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 8º, I; Lei nº 7.102, de 1983, art. 10.

[grifos nosso]

O entendimento é assente, douta administração, as empresas que realizam serviços de monitoramento de segurança à distância possuem o mesmo tratamento dado às empresas de segurança (ainda que realizem serviços de asseio e conservação) para fins de recolhimento do PIS e COFINS.

Ademais, de acordo com a Instrução Normativa n. 2058/21 da Receita federal do Brasil as soluções de consulta proferidas pela COSIT têm efeito vinculante no âmbito da RFB e respaldam o sujeito passivo que as aplicar, ainda que não seja o respectivo consulente e desde que se enquadre na hipótese por elas abrangidas, sem prejuízo de verificação de seu efetivo enquadramento pela autoridade fiscal em procedimento de fiscalização:

Art. 33. As soluções de consulta proferidas pela Cosit, a partir da data de sua publicação:

I - têm efeito vinculante no âmbito da RFB; e

II - respaldam o sujeito passivo que as aplicar, ainda que não seja o respectivo consulente, desde que se enquadre na hipótese por elas abrangida, sem prejuízo da verificação de seu efetivo enquadramento pela autoridade fiscal em procedimento de fiscalização.

Dessa forma, não restam dúvidas de que a empresa recorrida

cumpre estritamente com determinação da Receita Federal, paga seus tributos em dia, na forma da lei, e não existe qualquer fato que torne sua planilha de custos inexecutável.

Como bem pontuou a empresa recorrente, a suposta inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para desclassificar as empresas.

Isso porque, de acordo com o art. 47, inciso II, da Lei n. 8.666/93, serão desclassificadas apenas as empresas que NÃO demonstrarem a viabilidade dos seus preços.

Essa recorrida, além de demonstrar minuciosamente a origem das alíquotas de PIS e COFINS juntou farta documentação com a proposta comprovando a veracidade das informações.

Segue, ainda, abaixo:

MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL		DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS	
D C T F MENSAL - 3.6			
CNPJ: 79.283.065/0001-41		Mês/Ano: NOV 2022	
Dados Iniciais			
Período: 01/11/2022 a 30/11/2022			
Declaração Retificadora: NÃO			
Situação: Normal			
PJ inativa no mês da declaração: NÃO			
PJ optante pelo Simples Nacional: NÃO			
Qualificação da Pessoa Jurídica: PJ em Geral			
Forma de Tributação do Lucro: Real Estimativa			
PJ levantou balanço/balancete de suspensão no mês: SIM			
PJ com débitos de SCP a serem declarados: NÃO			
PJ optante pela CPRB: NÃO			
Situação da PJ no mês da declaração: PJ não se enquadra em nenhuma das situações anteriores no mês da declaração			
Critério de Reconhecimento das Variações Monetárias dos Direitos de Crédito e das Obrigações do Contribuinte, em Função da Taxa de Câmbio: Sem alteração do regime			
Regime de Apuração da Contribuição para o PIS/Pasep e/ou da Cofins: Não-cumulativo e Cumulativo			
Dados Cadastrais do Estabelecimento Matriz			
Nome Empresarial: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA			
Logradouro: RUA DONA LEOPOLDINA			
Complemento:			
Município: JOINVILLE			
CEP: 89201-090			
Telefone: (47) 33055900			
Fax: (47) 34614236			
Número: 26			
Bairro/Distrito: CENTRO			
UF: SC			

Outrossim, desnecessária a apresentação de escrituração contábil completa, tendo em vista que restou comprovado que as alíquotas dessa recorrida não são originárias do abatimento de insumos, mas sim, da natureza das atividades prestadas.

Ademais, o edital não prevê a desclassificação das empresas no caso de inexecução, o que não autorizaria a exclusão da proposta mais vantajosa para administração única e exclusivamente por conta de rubricas isoladas da planilha de custos e formação de preços.

Importante registrar, ainda, que esta recorrida atua no mercado há mais de 30 anos, sendo conhecedora das atividades e dos seus respectivos custos.

Outrossim, esta recorrida se compromete a executar o objeto da presente contratação, e informa, desde já, que suas planilhas de custos contemplam todas as despesas necessárias, inclusive despesas relativas a mão de obra, insumos e encargos e despesas de administração do contrato, responsabilizando-se por sua composição, consoante orienta o Tribunal de Contas da União¹.

Importante destacar, ainda, que a inexecução de uma proposta precisa ser vastamente comprovada, o que nem de longe ocorreu no caso concreto, conforme entendimento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL - MODALIDADE "MENOR PREÇO" - PEDIDO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO CELEBRADO COM A EMPRESA VENCEDORA - **INEXISTÊNCIA DE PROVA OU DE FORTES INDÍCIOS DE SER INEXEQUÍVEL A PROPOSTA** - ANTECIPAÇÃO DA TUTELA INDEFERIDA - AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO DESPROVIDO A Lei nº 8.666, de 1993, que "institui normas para licitações e contratos da Administração Pública", autoriza a desclassificação de proposta "com preços manifestamente

¹ Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário - Acórdãos nºs 2.104/2004-P, 1.791/2006-P e 1.179/2008-P e Acórdão nº 4.621/2009-2º C) (item 1.5.1.3, TC -005.717/2009-2, Acórdão nº 2.060/2009- Plenário

inexeqüíveis" (art. 48, II). Tendo a licitação por objeto a "contratação de serviços de vigilância patrimonial" na modalidade "menor preço", **somente a existência de provas ou de fortes indícios de ser inexeqüível a proposta formulada pela empresa vencedora autorizaria a suspensão do contrato celebrado.** Assim deve ser porque: a) em favor dos atos administrativos milita presunção de legitimidade (Celso Antônio Bandeira de Mello, Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Hely Lopes Meirelles) e supõe-se que "as decisões da administração são editadas com o pressuposto de que estão conformes às normas legais e de que seu conteúdo é verdadeiro (Odete Medauar); b) "Ao examinar pedido de antecipação da tutela, deve o juiz considerar o periculum in mora inverso e o princípio da proporcionalidade, pois 'há liminares que trazem resultados piores que aqueles que visam evitar' (Egas Moniz de Aragão); não deve ser antecipada a tutela 'se o dano resultante do deferimento for superior ao que se deseja evitar' (Sérgio Ferraz)" (AI nº 2003.003767-5, Des. Newton Trisotto). (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2008.030641-8, de Blumenau, rel. Des. Newton Trisotto, Primeira Câmara de Direito Público, j. 11-11-2008).

[grifos nosso]

Pelo exposto, *data maxima venia*, os argumentos trazidos pela recorrente não possuem embasamento fático e jurídico capaz de desclassificar a proposta da empresa recorrida e excluir a proposta mais vantajosa para administração.

3) DOS PEDIDOS

Por todo exposto, requer-se a improcedência total do recurso administrativo interposto pela empresa Iguaçu Desenvolvimento Ltda com a consequente manutenção da decisão que classificou a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. por tratar-se de medida justa e oportuna.

Nesses termos, pede deferimento.

Joinville/SC, 13 de abril de 2023.

Ana Rafaela Soares de Borba

OAB/SC 35.112